

**HABEAS CORPUS Nº 548.596 - SP (2019/0356973-5)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : RODRIGO VITAL E OUTRO  
**ADVOGADOS** : PAULO MARZOLA NETO - SP082554  
RODRIGO VITAL - SP233482  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LINCOLN MARCOS DUARTE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de LINCOLN MARCOS DUARTEA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente encontra-se preso preventivamente, pela suposta prática dos delitos tipificados no artigo 12 e artigo 16, da Lei n. 10.826/03.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar. Pleiteia, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa da prisão ou por prisão domiciliar.

É o breve relatório.

**Decido.**

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese, a r. decisão impugnada está fundamentada nos seguintes termos, **verbis**:

*"O autuado foi preso em flagrante pela prática do crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido e pelo crime de posse ilegal de*

*arma de fogo de uso restrito, este último crime punido com pena de reclusão superior a 04 (quatro) anos, cabendo, portanto, a decretação da prisão preventiva. A prova da materialidade e os indícios de autoria decorrem do auto de prisão em flagrante (fls. 01), auto de exibição e apreensão (fls. 08), assim como dos depoimentos e interrogatório prestados em solo policial. Os policiais civis informaram terem recebido informação, dando conta que o autuado estaria comercializando armas de fogo. Por essa razão, seguiram até o local, onde se depararam com o autuado e outro indivíduo, que se evadiram da atuação policial. Apenas o autuado foi abordado. Na residência do autuado foram encontradas pistola e munição .40; pistola calibre 380 com numeração suprimida e munições desse calibre; e espingarda calibre 32. O autuado confirmou que estava negociando a arma de fogo calibre .40 com o outro indivíduo que fugiu. Em solo policial, o autuado confessou a propriedade das armas de fogo. São veementes indícios de autoria dos crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido e de posse de arma de fogo de uso restrito e não é este o palco para se discutir o mérito de eventual futura ação penal. Há gravidade concreta a ensejar a prisão preventiva. **O autuado estava na posse de 03 (três) armas de fogo, duas delas de uso restrito, eis que a de calibre .380 estava com a numeração suprimida e outra de calibre .40, e 31 munições, quantidade significativa de armamento, que corrobora as informações, dando conta que o autuado vendia armas, a revelar culpabilidade exacerbada e desdém pela vida do próximo**" (fls. 61-62, grifei).*

Não verifico, pois, a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta análise meramente perfunctória.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de primeiro grau.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator